

XX Congreso Internacional de Análisis Organizacional
Fenómenos organizacionales emergentes en Latinoamérica frente a la crisis global:
Homenaje a Guillermo Ramírez Martínez, 20 años realizando el CIAO

Projetos de mega mineração e a organização contra hegemônica

Mesa 8: Estudios críticos de la administración y nuevas formas de organización en
economías alternativas

Temática o reflexión teórica

Paola Reis do Amaral¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8756-2353>

Nacionalidad: Brasileira

Correo Electrónico: paolareisamaral@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Escola de Administração Rua
Washington Luiz, 855 – Centro Histórico – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

3 al 7 de octubre de 2022

¹ Autora responsable de la comunicación.

Projetos de mega mineração e a organização contra hegemônica²

Resumo

Tendo como marco de referência as produções científicas do grupo de pesquisa Organização e Práxis Libertadora, este ensaio reúne reflexões sobre processos organizacionais de lutas contra projetos de mega mineração na América Latina a partir da realidade vivenciada no sul do Brasil. No Estado do Rio Grande do Sul surge o Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul (CCM-RS) para lutar contra o avanço da fronteira mineral. A premissa elementar para a construção do argumento deste ensaio é que uma das ações políticas mais básicas e urgentes é desnaturalizar a articulação hegemônica da organização. Nesse sentido, são apresentadas organizações que surgem no âmbito das sociedades colonizadas, que possuem em seu âmago a negação da articulação hegemônica da organização e assim, lutam pela libertação do jugo colonial extrativista. É um amplo conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos, articulados em lutas contra as consequências sociais, econômicas e políticas da mineração extrativista.

Palavras chave: Organização; Lutas Sociais; Mineração

² Agradeço à Red Pilares e ao seu coordenador Prof Rodrigo Muñoz Grisales pelo apoio para participar do Congresso.

Projetos de mega mineração e a organização contra hegemônica

Tendo como marco de referência as produções científicas do grupo de pesquisa Organização e Práxis Libertadora³, este ensaio reúne reflexões sobre processos organizacionais de lutas contra projetos de mega mineração na América Latina. O ponto de partida é a luta que vem sendo travada no Estado do Rio Grande do Sul contra o avanço da fronteira mineral, pois ao longo dos últimos anos o Estado passou a sofrer especulações para tornar-se uma região mineira. Com intuito de desenvolver iniciativas contrárias aos assédios da mineração, criou-se o Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul (CCM-RS).

Dentre os projetos mega mineiros em análise no Rio Grande do Sul, o da Mina Guaíba foi o que gerou maior mobilização da sociedade civil (Wenzel, 2019). Por conta de seu tamanho, impacto e proximidade com a capital, Porto Alegre, o projeto destaca-se como o mais emblemático na tentativa de licenciamento ambiental. O Projeto Mina Guaíba foi proposto pela empresa Copelmi Mineração e tem por objetivo abrir a maior mina a céu aberto da América Latina. Com investimento chinês e estadunidense, a Mina Guaíba prevê a extração de carvão mineral, areia e cascalho; e é parte de um projeto maior de construção de um Polo Carboquímico em uma área junto ao Rio Jacuí, precisamente nos municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul (Wenzel, 2020).

³ A adoção das produções teóricas do Grupo Organização e Práxis Libertadora como marco teórico para a construção deste ensaio diz respeito às circunstâncias em que me encontro no processo de doutoramento. Devido da minha formação, eu possuía uma noção de senso comum sobre o organizar e a organização. Desde que passei a participar das reuniões do Grupo, essa noção deixou de ser neutra e ingênua. Assim como uma infinidade de outros aspectos da minha formação foram esclarecidos. Atualmente vivencio um momento de reflexões iniciais sobre o meu tema de pesquisa que também culmina com a necessidade de uma apropriação adequada sobre as produções teóricas do grupo do qual participo enquanto estudante de pós-graduação.

A consolidação do CCM-RS tem sido ferramenta indispensável de luta contra o avanço da mineração no Rio Grande do Sul e, em um primeiro momento, se deteve estrategicamente ao Projeto Mina Guaíba (Ramos e Raguse, 2020). O Comitê, enquanto uma organização que articula muitas outras entidades, promoveu atividades de conscientização da população. Diversos espaços públicos foram ocupados com debates, distribuição de folhetos e divulgações em feiras com o objetivo principal de popularizar o andamento dos projetos mineiros. Também foram elaborados relatórios técnicos que demonstram os reais impactos ambientais dos projetos de mineração, expondo falhas na formulação dos Estudos de Impacto Ambiental apresentados. Assim como, o ajuizamento de ações contra ilegalidades no processo de licenciamento ambiental também foi de suma importância (Luz, 2022). Desde o início das ações de articulação pode-se perceber a urgência da compreensão do significado da exploração do carvão, que não se restringiria à população local. Tornou-se imprescindível desmitificar as promessas de desenvolvimento pela Copelmi Mineração.

O Rio Grande do Sul não possui tradição mineradora, o que difere bastante de outras regiões brasileiras. Minas Gerais, por exemplo, é território marcado pela atividade produtiva da mineração e, conseqüentemente, por expressivos impactos ambientais e violências e violações sobre as comunidades. As regiões acometidas pelos projetos de extração mineral são geralmente territórios muito ricos, e na mesma proporção, muito explorados e destruídos, além de ter na sua história, marcas de extrema violência: os rompimentos criminosos de barragens de rejeitos (Bertollo, 2021).

Toda essa conjuntura imposta pelo extrativismo minerador “não é uma novidade, mas uma realidade história que constitui e é constituinte da formação da

América Latina, do colonialismo, do capitalismo e da modernidade” (Flores et. al., 2020, não paginado). Brasil e a América Latina desde sua formação até as últimas décadas têm assistido, de forma recorrente, a imposição de megaprojetos extrativistas que têm gerado múltiplos processos de expropriação, além de ampliar as desigualdades sobre o controle, uso e acesso aos bens naturais. Na América Latina, a lógica extrativista é voltada à exportação de produtos primários, que faz com que a natureza desse tipo de empreendimento seja intimamente ligada ao capital internacional.

De fato, o colonialismo foi em grande parte moldado pelo extrativismo (Galeano, 2004). Desde os tempos coloniais a indústria extrativista desempenha práticas de dominação por meio de suas atividades de grande escala com alto impacto social e ambiental. O que acontece atualmente é a renovação de tais práticas já que decorrem por empresas transnacionais e com o apoio dos governos nacionais (Gudynas, 2015). O extrativismo centra-se na aniquilação dos recursos e na devastação dos territórios como nó explicativo não só da crise ambiental; mas também de pobreza, desigualdade e atraso. Como modelo de desenvolvimento, é o que moldou as práticas sociais, econômicas e políticas na América Latina contemporânea (Galafassi, 2020).

A materialidade do extrativismo é sempre local, mas em todo caso, sua organização social e econômica é diretamente afetada por fatores globais (Gudynas, 2015). Ainda que o objeto de estudo deste trabalho seja o extrativismo minerador, é importante ter em conta que o extrativismo não se limita a minerais ou combustíveis fósseis, mas também está presente na agricultura, principalmente quando se trata da monocultura, na silvicultura e até na pesca (Acosta, 2013).

As práticas extrativistas e de desnacionalização dos recursos naturais se atualiza à medida que o extrativismo se molda com determinações peculiares. Entre essas particularidades, podemos ter em contas dois principais fatores: (i) ter o Estado como ator fundamental na implementação das condições que permitem às corporações dos países do centro se instalarem nos países periféricos; (ii) desenvolver estratégias de governança e responsabilidade social corporativa junto as organizações não governamentais e outras organizações da sociedade civil visando a obtenção de licenças sociais (Misoczky e Böhm, 2013). O extrativismo pode, portanto, ser considerado como um alinhamento específico de atores corporativos, estatais e certos atores da sociedade civil que dominam a economia política de países soberanos, apoiados por instituições políticas e financeiras internacionais (Gudynas, 2015).

Em contraposição a essa lógica de desenvolvimento, crescem experiências de contestação social que convocam a sociedade a rediscutir os pressupostos para implantação da atividade minerária. São lutas políticas que evidenciam as dinâmicas socioculturais, econômicas e ecológicas, via de regra negligenciadas pelas mineradoras e pelo Estado, e que organizam a vivência histórica e coletiva daqueles grupos atingidos diretamente pela implementação da extração mineral. São organizações constituídas de sujeitos políticos que negam o modelo minerador colonialista.

A contestação ao modelo extrativista na América Latina vem ganhando fôlego a partir da constituição de redes articuladas por diversas organizações populares. Ou seja, as bases coloniais que sustentaram a formação da ordem capitalista hoje são territórios férteis de organizações construídas nas lutas sociais populares imbuídas de sujeitos da mudança política. Nessa perspectiva, surgem os movimentos sociais

populares enquanto sujeitos políticos organizados e o Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul é um exemplo disso.

A premissa elementar para a construção do argumento deste ensaio é que uma das ações políticas mais básicas e urgentes é desnaturalizar a articulação hegemônica da organização (Misoczky et. al, 2008). Nesse sentido, pode-se compreender como a hegemonia da organização “um alinhamento do discurso político que produz um significado social específico: a definição de organização a partir de um enfoque sistêmico estrutural como objeto formalizado” (Misoczky et. al, 2008, p. 182).

A posição de enfrentamento à hegemonia da organização encaminha para uma atividade teórica comprometida com a transformação da realidade, e, como sua condição, a possibilidade da produção e reprodução da vida dos afetados pelo sistema (Misoczky, 2010). Ao dirigir esse enfrentamento para o contexto das lutas organizadas contra os projetos de mineração extrativistas, propõe-se construir espaços políticos que garantam a participação dos potencialmente atingidos, assim como a criação de socializações que neguem a imposição das práticas hegemônicas representadas, nesse caso, pelo modelo mineral vigente. Assim, define-se uma compreensão de organização “como meio para realizar a ação libertadora através de processos e práticas territorializadas e orientadas pela razão estratégico-crítica” (Misoczky, 2010, p. 50).

Considerando que os movimentos sociais desenvolvem processos, organizam, deliberam, produzem territórios das mais diversas formas e, até mesmo, constroem estruturas, não há como negar que se constituem em práticas de organização social (Misoczky et. al, 2008). Embora ciente da imprecisão do conceito “movimentos sociais”, Misoczky (2010) alerta também para a origem das teorias sobre movimentos

sociais nos EUA e na Europa. Em decorrência das consequências dessa origem para o estudo dos movimentos sociais, Misoczky, Flores e Silva (2008) constatam que a teoria de movimentos sociais é influenciada pelos Estudos Organizacionais. Ao refletirem sobre as consequências que uma teoria influenciada pela lógica empresarial pode ter para a compreensão de movimentos que se orientam para a superação dessa lógica e das relações sociais por ela constituídas, os autores revelam que a pertinência teórica vem do conteúdo empírico do próprio objeto (Misoczky et. al, 2008).

Na abordagem de redes, as consequências, segundo Misoczky e Flores (2017), podem ser “irrelevantes e perversas” (Misoczky e Flores, 2017, p. 63). Essas adaptações teóricas artificiais enfatizam “o aspecto operativo, seja ele estrutural-institucional, seja pós-estruturalista, e levam a constatações genéricas e equivocadas sobre o fenômeno dos movimentos sociais” (Misoczky e Flores, 2017, p. 65). Do ponto de vista da construção do conhecimento, esses equívocos têm consequências muito evidentes, mas que se tornam perversos quando ganham aderência na práxis dos movimentos, uma vez que podem levar à substituição ou “negligência do trabalho constante de organização da base e, portanto, à perda do propósito de negar o sistema gerador de vítimas” (Misoczky e Flores, 2017, p. 65).

A dependência cultural que acomete o continente latino-americano faz com que interpretações desajustadas da realidade, concebidas a partir de conceitos criados em outros processos sociais, sejam apropriadas com incongruência. O retorno às origens da literatura alerta para o fato de que a tentativa de unir a teoria organizacional dominante à dos movimentos sociais contribui para a reprodução do sistema, contrariando a lógica desses movimentos. Seja aplicando a teoria ao fenômeno dos movimentos sociais, seja abstraindo desse fenômeno novas teorias à

luz do referencial organizacional dominante, o que acontece é um fechamento de ciclo que mantém e reproduz a ordem vigente (Misoczky et. al, 2008).

Considerando que as diferenças entre teorias devem ser discutidas na dimensão ontológica, Misoczky e Flores (2020, p. 40-41) defendem que “uma ontologia marxista impõe a questão de para quem e com que finalidade o conhecimento é produzido.” Assim, a contribuição da ontologia materialista para o estudo dos movimentos sociais exige que a prática crítica acadêmica se relacione com o mundo real e as lutas concretas. “Isso significa que aquilo que é teórico, uma ideia, deve ser tornado presente organizacionalmente para se tornar prático em uma luta real” (Misoczky e Flores, 2020, p. 41).

Ao trazerem o conceito de ‘organização como meio para realizar a ação libertadora’ para um movimento social latino americano, Moraes e Misoczky (2010) utilizam uma abordagem baseada na teoria da ação antidualógica e dialógica de Paulo Freire para analisar as práticas organizacionais de uma organização de piqueteiros na Argentina, e, assim desenvolvem os conceitos de organização antidualógica e organização dialógica. Em outro estudo, as autoras trabalham com o mesmo movimento social, a partir da ‘pedagogia libertadora’ freireana, que pressupõe como inseparáveis a prática organizativa e o processo de ensino-aprendizagem. Nestes termos, as práticas organizacionais do *Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza* na Argentina foram analisadas como práticas pedagógicas que acontecem como um exercício de auto-organização entre aqueles que a utilizam e somente é consolidada durante o próprio processo de auto-organização dos sujeitos que faziam parte do movimento (Moraes e Misoczky, 2018). Os anúncios de orientação freireana se referem a processos organizacionais que negam o capital e

remontam a vida social a partir da sua concepção de organizar inserida no contexto latino americano.

Mais recentemente, a análise de Misoczky e Camara (2020) discute o significado da América Latina, fazendo uma aproximação aos Estudos Organizacionais desde o contexto brasileiro. Ao darem centralidade ao contexto latino-americano, os autores apreendem a América Latina enquanto um espaço geopolítico e uma categoria de análise. Entretanto, essa mediação interpretativa abstraída da realidade, não pode ser feita sem a articulação com o conceito de 'colonialidade do poder' de Aníbal Quijano, já que na interpretação de Misoczky e Camara (2020), a colonialidade expressa a expansão histórica da dominação colonial e seus efeitos contemporâneos.

Misoczky e Camara (2020) tornam visíveis processos organizacionais que confrontam as inúmeras expressões concretas da colonialidade, desde as múltiplas ações organizadas que combatem a destruição da natureza, a exemplo das lutas contra o extrativismo em defesa dos bens comuns. A luta contra o extrativismo requer um enfrentamento contra corporações transnacionais aliadas a governos nacionais, e também contra às tecnologias de gestão que visam destruir laços comunitários, como as práticas de responsabilidade social empresarial (Misoczky e Böhm, 2013).

Pensar processos organizacionais de luta desde a América Latina significa iluminar entendimento sobre os problemas de nossas comunidades e nações (Misoczky e Camara, 2020). Os conflitos envolvendo o extrativismo minerador fazem parte da história da América Latina, visto que, se a mineração definitivamente não é uma novidade, as lutas contra esse modo de exploração também não são. A América Latina, compreendida enquanto um território historicamente saqueado e explorado, possui, em contrapartida, um histórico de batalhas travadas pelo seu povo. Frente ao

assédio da indústria extrativista, emergem insurgências de lutas que recompõem horizontes e reconfiguram a práxis libertadora.

Nesse horizonte, Misoczky, Camara e Böhm (2017) afirmam que parte central para apreender os processos organizacionais das lutas que ocorrem no contexto latino americano é a concepção de ‘poder desde baixo’ de Isabel Rauber. Nesta concepção, poder é compreendido como uma relação social de forças, sendo onisciente e onipresente em todas as manifestações da vida social e individual dos seres humanos. Construir a organização a partir de baixo significa ter uma concepção e formular um curso de ação que articule todos os envolvidos no processo. Dessa forma, o conhecimento é produzido desde baixo em contextos específicos nos quais a colonialidade do poder é confrontada pelo bloco social dos oprimidos (Misoczky et. al., 2017).

Com o intuito de refletir sobre os processos organizacionais de luta contra os projetos de mineração, foram revisados estudos produzidos por pesquisadores e intelectuais que se engajaram com movimentos sociais ou orientaram seu trabalho para se opor à hegemonia da organização extrativista e à colonialidade do poder. Esses estudos foram encontrados em uma revisão sistemática de literatura realizada no primeiro semestre de 2022 na disciplina de Seminários de Pesquisa II do Programa de Pós-Graduação em Administração, oferecida pela Professora Maria Ceci Misoczky⁴.

⁴ A busca pelos trabalhos foi realizada na Plataforma de Periódicos da CAPES. Os buscadores utilizados foram: Organiza* AND Mineração AND Lutas Sociais, Organiza* AND Mineração AND Luta Social, Organiza* AND Minería AND Luchas Sociales e Organiza* AND Minería AND Lucha Social. Foram pesquisados trabalhos publicados os últimos 20 anos. Como resultado foram encontrados 1370 artigos, sendo que 896 foram excluídos por não cumprirem os critérios estabelecidos na pesquisa, 432 foram duplicados e 32 foram analisados minuciosamente. Após esta análise, 21 artigos tiveram que ser descartados pois, apesar de trazerem contextos de luta em seus títulos e resumos, não apresentavam posicionamento contra a mineração e/ou não evidenciavam processos organizacionais de luta. Dessa forma, 11 artigos compuseram a análise da revisão sistemática.

Para realizar esse trabalho foram selecionados estudos que tivessem como premissa o posicionamento contrário e explícito contra os projetos de mineração. Com a exceção dos trabalhos de Bertollo (2021) e Misoczky e Böhm (2013), todo o restante desses estudos tem como referencial teórico contribuições da Ecologia Política. São múltiplos os elementos que fazem parte da definição conceitual sobre a ecologia política. Valor, contabilidade de recursos naturais e relação entre países e sua forma de economia política global são alguns elementos que frequentemente aparecem nas mais variadas maneiras nos autores da ecologia política.

Martínez-Alier (2018) compreende a ecologia política enquanto um estudo sobre conflitos distributivos ecológicos. Ao apontar para um sistema de trocas global, sem utilizar categorias como centro e periferia, o autor apreende uma economia considerada como um sistema aberto. Dialogando com a economia neoclássica e seus conteúdos considerados como externalidades, Martínez-Alier (2018) concebe a economia aberta, tratando os resíduos e as demais formas de “pegadas ecológicas” não mais como externalidades, mas como uma condição da própria economia. Já Leff (2015) defende que a ecologia política é o

Estudo das relações de poder e conflitos políticos sobre a distribuição ecológica e as lutas sociais para a apropriação da natureza; é o campo de controvérsias sobre as formas de compreender as relações entre a humanidade e a natureza, a história da exploração da natureza e da submissão de culturas, de sua subsunção ao capitalismo e para a racionalidade do sistema-mundial global; das estratégias de poder dentro da geopolítica do desenvolvimento sustentável (Leff, 2015 p. 15).

Embora a ecologia política seja o marco teórico geralmente utilizado nos estudos sobre a luta contra mineração, este referencial ao tratar sobre relações de

poder em contextos de conflitos ambientais não o faz a partir da posição do bloco social dos oprimidos ou da construção do poder desde baixo. Ainda que seja importante compreender as relações de poder, é necessário ir além da compreensão dessas relações. Como já mencionado anteriormente, uma das ações políticas mais básicas e urgentes é desnaturalizar a articulação hegemônica da organização, assim sendo, se faz necessário estabelecer a organização desde baixo como início e fim do processo de luta e esclarecimento em defesa da vida.

Na perspectiva de baixo para cima, é legítima a existência de organizações que surgem no âmbito das sociedades colonizadas, que possuem em seu âmago a negação da articulação hegemônica da organização e assim, lutam pela libertação do jugo colonial extrativista. É um amplo conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos, articulados em lutas contra as consequências sociais, econômicas e políticas dominantes.

Na Argentina, ante a iminente instalação do projeto mineiro Alumbraera organiza-se a “*Asamblea Vecinos autoconvocados por la vida*” para lutar contra a abertura de uma mina em Tinogasta, na região da Catamarca. Com importante presença de setores médios, essa organização se configurou em um ambiente aberto, heterogêneo e multissetorial em que se estabelecem relações horizontais e as decisões são tomadas em consensos (Comelli, 2012). As relações igualitárias proporcionadas por estruturas horizontalizadas e pelos processos de tomada de decisão participativos, como nos casos das tomadas de decisão consensuais também concebem a organização como meio para a emancipação (Misoczky, 2010).

Desde a formação da *Asamblea Vecinos autoconvocados por la vida* pode-se identificar práticas que negam a organização hegemônica. Não só pela estrutura da Assembleia, mas pelas ações diretas planejadas e organizadas por ela para

combater o avanço da mina. Dentre essas ações, pode-se destacar: os bloqueios dos caminhões que transportam os insumos da mineração, mobilizações, caravanas, procissões, palestras informativas, produção de documentários sobre a problemática em praças e escolas, além de intervenções artísticas em celebrações nacionais oficiais. A *assembleia Vecinos autoconvocados por la vida* também questionou aos poderes legislativo e judiciário por meio de ações judiciais como denúncias, demanda de consulta popular e legislação que proíbe a mineração realizado com substâncias tóxicas a nível local e provincial (Comelli, 2012).

Nesse mesmo contexto de luta, despontam outras organizações que negam a imposição dos mega empreendimentos mineiros. Misoczky e Böhm (2013), que realizaram um relato crítico ao se colocarem ao lado das Comunidades do Não na Argentina, apresentam essas organizações na região de Andalgalá. Nesse caso se trata do movimento social denominado “A Voz do Povo” organizado principalmente por pessoas desempregadas. Em princípio a organização reivindicava os empregos prometidos pela mineradora, denunciando as mentiras da empresa e dos políticos. Posteriormente, o movimento passou a fazer protestos mais radicais, com uma série de bloqueios de estradas que impediam o acesso dos caminhões à mina já em operação (Misoczky e Böhm, 2013).

Outra organização argentina importante para esse contexto de luta é a “Asamblea El Algarrobo”. Através de narrativas dos moradores da região e membros da organização, Misoczky e Böhm (2013) relatam que após a população ser ameaçada por outro projeto da mineradora Alumbreira, o projeto Água Rica, duas pessoas bloquearam a passagem de caminhões que seguiam para Água Rica e no mesmo dia em que iniciaram a ação já possuíam cerca de 300 ativistas sentados na estrada em um protesto pacífico. Nesse entretempo, as ações de luta geraram

revoltas populares com o povo atacando o escritório da mineradora, a cadeia e a prefeitura, que foi parcialmente incendiada. Paralelamente, a população de Andalgala passou a estudar o impacto da mineração a céu aberto, aprendendo com experiências do Chile. Duas pessoas da cidade foram até Esquel, na Patagônia argentina, e aprenderam a respeito da luta contra a mineradora El Desquite (Misoczky e Böhm, 2013).

Na região de Tundayme, no Equador, surge a organização ativista *Comunidad Amazónica de Acción Social Cordillera del Cóndor* (CASCOMI) como resultado de uma rede de alianças entre pequenos agricultores e pecuaristas locais, ambientalistas e a comunidade indígena Shuar com o objetivo de lutar contra o projeto de mineração Mirador da transnacional ECSA. Segundo Sánchez-Vázquez e Leifsen (2019) a organização aproveitou espaços de participação para colocar em prática suas ações contra o projeto. A organização ativista contestou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) feito pela empresa pelo fato deste ter sido elaborado sem a participação da comunidade afetada pelo empreendimento. O ato de ignorar as comunidades do entorno dos projetos de mineração pode ser considerada uma prática entre empreendimentos mineiros. Com isso, a CASCOMI organizou uma audiência pública para a socialização do EIA. Esta audiência foi o espaço em que os membros da organização exigiram a aplicação de um instrumento participativo mais efetivo: a consulta prévia.

Após exigir a consulta à população afetada sobre a expansão do projeto, além de reivindicar espaços eficazes para opinar e poder influenciar nas decisões sobre o projeto, os membros da CASCOMI vieram a participar do monitoramento da qualidade ambiental durante a construção do Plano de Gestão Ambiental (PMA) que consta no EIA. Desde então, a população afetada pelo projeto, por meio da CASCOMI, recebeu

apoio de outras iniciativas, como ONGs e instituições de pesquisa acadêmica para desenvolver técnicas alternativas de monitoramento ambiental. Como resultado dessas alianças, foram produzidos dados científicos sobre as transformações ambientais no entorno do projeto, que também foram validados e reconhecidos pelas autoridades competentes, gerando relatórios técnicos que analisam criticamente o projeto e o EIA. Em consequência da participação do EAI e do PMA, os membros da CASCOMI também constituíram o processo de diagnóstico participativo do Plano de Desenvolvimento Territorial (PDOT). Dentro das diretrizes definidas pelo governo equatoriano para a elaboração do PDOT, está incluído o chamado diagnóstico participativo, processo pelo qual os elementos mais importantes a serem incluídos no Plano são identificados diretamente com a população local, isso possibilitou o envolvimento substancial da CASCOMI como representante da sociedade civil (Sánchez-Vázquez e Leifsen, 2019).

No Brasil, no Estado de Minas Gerais, o CODEMA, órgão público vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade do Cerro, também se apropriou do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para dizer “Não ao Projeto do Serro” (leite, 2020). O CODEMA é formado por representantes do poder público e da sociedade civil e, no cumprimento de sua função institucional, promoveu os seminários Ciclo de Estudos sobre Impactos do Empreendimento Minerário no município de Serro: Análise Crítica do EAI/RIMA da Empresa Anglo American para discutir o Estudo de Impacto Ambiental feito pela mineradora. Os seminários organizados pelo CODEMA contaram com a participação de diversos setores da sociedade civil, na tentativa de construir um consenso sobre a melhor decisão a ser tomada em relação ao requerimento de implantação do empreendimento minerário.

O CODEMA já realizava reuniões públicas e após o requerimento de implantação do projeto, as reuniões se concentravam, principalmente, nas discussões sobre a possível abertura da mina. Em virtude da complexidade do EIA/RIMA, foi firmada uma parceria com a PUC-Minas, por meio da qual a universidade disponibilizou professores do curso de ciências biológicas, ciências sociais e ciências jurídicas, para auxiliar na análise crítica das características do empreendimento minerário (Leite, 2020).

Dando seguimento ao contexto de luta contra a mineração no Brasil e no Estado de Minas Gerais, Magno, Siqueira e Delesposte (2017) estudam o surgimento da Comissão de Luta e Enfrentamento à Mineração de Bauxita na Serra do Brigadeiro (Comissão) junto da campanha “Mineração? Aqui não!”. A Comissão emerge de uma articulação entre agricultores familiares, instituições de ensino e pesquisa e ONG’s. A Comissão passou a atuar em rede com outros atores e movimentos sociais que debatiam a questão mineral no estado de Minas Gerais e no país de maneira geral. Com apoio e instrução do MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração, a Comissão organizou diversas Assembleias Populares sobre a Mineração (AP’s) e um dos principais encaminhamentos efetivados nas AP’s foi a organização de uma manifestação pública dos atingidos direta e indiretamente. Outra ação encampada de maneira conjunta pela Comissão e pelo MAM foi a realização de um intercâmbio entre atingidos por mineração de diversas regiões do país, e posteriormente a reunião com a Secretaria dos Direitos Humanos e Audiência Pública com a Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Magno et. al., 2017).

Já o trabalho de Bertollo (2021) relata o surgimento, constituição e atuação da FLAMa - Frente Mineira de Luta das Atingidas e Atingidos pela Mineração em Minas Gerais no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Precisamente, o surgimento da

FLAMa decorre de um convite realizado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (ADUFOP) às demais entidades, especialmente àquelas que tem atuação direta na mineração extrativista nesta região em que esta seção sindical do ANDES/SN possui base e atuação. Ao longo do primeiro ano de existência a FLAMa pautou, refletiu, denunciou e articulou enfrentamentos via debates-*lives*, eventos online, reuniões, notas de repúdio, técnicas, de alerta, ações de solidariedade de classe, especialmente as que visavam a doação de alimentos, máscaras e álcool em gel aos trabalhadores vinculados à mineração e aos moradores atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, dentre outros mecanismos assumidos (Bertollo, 2021).

Como já mencionado, a indústria extrativista, e aqui tratando-se de mega projetos mineiros, faz parte de uma articulação internacional do capital para a mineração de grande porte e os territórios de interesse dessas grandes corporações são sistematicamente alvo de uma diversidade de investidas, nas mais diversas formas. À vista disso, a organização de luta dos sujeitos, isoladamente, não adquire força suficiente para barrar esses projetos, dada a complexidade de dimensões que são envolvidas e a trama de relações políticas desempenhadas. Nesse sentido, as organizações construíram estratégias de luta, articulando frentes institucionais de enfrentamento aos dilemas nefastos provocados pela atividade extrativa mineral.

O conhecimento produzido nesses processos de lutas inclui a explicação, do ponto de vista do povo, de como a opressão é organizada como é (Misoczky e Flores, 2020). As ações desenvolvidas nos combates contra os projetos de mineração indicam uma coerência entre organização e propósitos políticos. Ao se apoderarem dos Estudos de Impacto Ambiental, ferramenta que é usualmente apropriada pelas empresas, CASCOMI e CODEMA identificaram uma ação de luta pois tomaram esses

mecanismos para si, considerando o potencial emancipatório dessas ações, tornaram visíveis as práticas e saberes contra hegemônicos. Para tanto, estabeleceram alianças que auxiliaram a produzir dados científicos sobre as transformações ambientais e sociais no entorno dos projetos mineiros. O estudo desses documentos unido a ocupação de espaços participativos politizou ambientes de socialização de toda a comunidade local.

As estratégias de luta desempenhadas pelo CODEMA e pela CASCOMI são muito próximas às também desenvolvidas pelo Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul (CCM-RS). Com o objetivo de buscar pela viabilidade do Projeto Mina Guaíba em Porto Alegre, a mineradora Copelmi, elaborou o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) como habitualmente ocorre nessas circunstâncias. O Comitê, por sua vez, expôs uma série de análises críticas sobre o EIA/RIMA apresentados pela empresa Copelmi na publicação intitulada 'Painel de Especialistas: análise crítica do relatório de impacto ambiental da Mina Guaíba'. O Painel de Especialistas do projeto Mina Guaíba teve inspiração no Painel dos Especialistas do projeto do megaempreendimento de Belo Monte, na Amazônia brasileira e revela para a sociedade as falhas, omissões e lacunas dos estudos apresentados pela empresa Copelmi ao informar sobre os potenciais impactos socioambientais do projeto Mina Guaíba caso este viesse a ser implementado.

Assim como na realidade equatoriana, a produção de conhecimento que enfrenta o licenciamento da Mina Guaíba se dá lado a lado com os atingidos pelos projetos de mineração. A construção do conhecimento contra hegemônico qualifica o debate público e traz o poder para aquelas vidas que são externas ao modelo extrativista, pois são estudos construídos a partir das experiências e também junto dos sujeitos. As informações técnicas geradas por pesquisadores, técnicos e

entidades ambientalistas, de forma independente, não são mera construção de documentos e laudos técnico contrários, mas se tornam ferramentas que constituem os processos organizacionais confrontadores ao sistema de capital.

É importante colocar que originalmente, foram anexadas somente duas audiências públicas no processo de licenciamento da Mina Guaíba, o que excluiu uma série de populações afetadas nesta etapa do processo de licenciamento. Foi através da mobilização do Comitê em articulação com movimentos e as comunidades afetadas, que uma série de audiências públicas, que não estavam previstas no processo original de licenciamento, ocorreram. Ao longo destas se intensificou a pressão política contrária à mina. Luz e Flores (2020) realizaram uma análise dos posicionamentos sobre a abertura da mina e constataram uma ausência importante de posicionamentos favoráveis ao empreendimento. Fato que não viria à tona caso essas audiências não previstas no processo de licenciamento não ocorressem.

Haja visto que os processos de luta não podem se dar somente no âmbito do território, nem apenas contrária a implantação de apenas um projeto minerador, mas sim por meio de uma rede de articulação, para fazer o embate contra a ofensiva mineira, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e populações afetadas passam a se organizar em busca de uma luta também articulada contra estes projetos. Ao organizar a luta, os sujeitos experienciam outros processos de socialização que se configuram como alternativas àquelas que são indispensáveis à reprodução da ordem opressora e excludente. A articulação com demais organizações pode apontar não apenas vias para a superação da organização hegemônica, mas também para a revitalização de espaços políticos onde existam possibilidades de restabelecimento dos laços entre a ação política e a liberdade coletiva.

Mais especificamente, a construção de uma rede de articulação contrária ao avanço da mineração, como o caso da Comissão de Luta e Enfrentamento à Mineração de Bauxita na Serra do Brigadeiro e a FLAMa no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais se propõe a ampliar as fronteiras das organizações como meio da práxis libertadora. Em síntese, são organizações que transformam a potência do povo em poder para si e que seu âmago é frontalmente distinto dos princípios da organização dominante, trazendo conscientemente espaço para o pleno desenvolvimento da vida de todos.

As organizações de luta contra os projetos de mineração estão centradas na reconstituição da força solidária para ampliar a troca de experiências das comunidades atingidas pelos empreendimentos minerários. Pensar e fazer uso da luta organizada é buscar possibilidades para a vida diante das realidades condicionadas pelo contexto imposto pela mineração. A relevância de se compreender a perspectiva política no interior dessas organizações consta no potencial de apontar não apenas vias para superação do sistema de capital, mas também para a capacidade de criar algo novo que indica, simultaneamente, o próprio processo de transformação.

Na Argentina, as ações de luta tomadas pelo povo revelam que quando esses atores passam a se organizar para negar a abertura da mina e suas consequências desastrosas para a população, também passam a vislumbrar outras possibilidades e alternativas que não são aquelas impostas pelo sistema de capital representado pelo projeto mineiro Alumbreira. O que se pode evidenciar na realidade argentina é a consciência por parte da população dos malefícios de conviver com uma mina a céu aberto, pois as ações ganham proporções significativas na comunidade. A organização e as ações que se realizam a partir dela ganham forma no decurso da

própria luta. Assim, a organização contra a ordem vigente se dá naquele espaço e as ações são resultado disso.

Organização, esclarecimento sobre a hegemonia da organização e luta se apresentam como elementos diferentes, mas constituintes de um mesmo processo no qual o objetivo é a libertação. Refletir sobre as consequências do extrativismo, sobre a exploração de trabalho ou sobre os impactos ambientais e nos modos de vida não é uma ação suficiente quando o que está colocado é a defesa da própria vida. O que é explícito nesses processos de luta contra o extrativismo minerador é a recusa a ele.

Pode-se compreender esses movimentos populares enquanto coletivos de sujeitos políticos organizados. No entanto, a luta pode se configurar de maneira orgânica e espontânea em grupos comunitários ou em organizações articuladas com demais entidades de cunho socioambiental. São representações políticas, que no contexto latino-americano possuem na necessidade de organizar a luta uma questão de sobrevivência. Essas organizações desenvolvem processos, se auto-organizam, tomam decisões, além de conservar objetivos claros e específicos. Dessa forma, criam suas próprias práticas de organização social.

Por fim, a organização das lutas sociais recupera as formas de ação política a partir da experiência histórica do povo. Para tanto, é importante ter em conta que a natureza contra hegemônica dessas organizações se destaca numa conjuntura em que a organização dominante cada vez mais atualiza mecanismos para invadir todas as esferas da vida humana. Nesse horizonte, a construção do poder desde baixo representa um caminho de luta a favor da gestação de uma oposição contra a hegemonia da organização e da colonialidade do poder.

Referências

Acosta, A. (2013) "Extractivism and neoextractivism: two sides of the same curse".

Disponível em:

www.tni.org/files/download/beyonddevelopment_extractivism.pdf.

Bertollo, K. (2021) O enfrentamento à mineração extrativista no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais: considerações sobre o surgimento, constituição e atuação da FLAMa. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 13, n. 2, p. 316-342.

Comelli, M. (2012) Corporal confrontation: women, in collective action face open-pit mining exploitation in Argentina/Cuerpos en confrontacion. mujeres y acciones colectivas" por la vida" frente a la minería a cielo abierto en Argentina. *Revista Artemis*, v. 13, p. 129-143,

Flores, R.K., Böhm, S., Misoczky, M. (2020) "Contesting extractivism: international business and people's struggles against extractive industries", *critical perspectives on international business*, Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print. 2020.

Flores, R.; Luz, P. (2020) Análise das manifestações nas seis audiências públicas sobre o empreendimento Mina Guaíba. Comitê de Combate à Megamineração no RS – CCM, Porto Alegre. Disponível em:<https://rsemrisco.files.wordpress.com/2020/03/estudo-manifestacca7occ83es-mina-guaicc81ba.pdf>. Acesso em: 7 maio 2022.

Galafassi, G. (2020) Vicisitudes y ambigüedades del concepto 'extractivismo'. Una revisión necesaria. *Cuaderno de trabajo Theomai*, 4.

Galeano, E. (2004) *As Veias Abertas da América Latina*. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (estudos latino-americanos, v.12.), 44 edição,

Gonzatto, M. (2020) Os motivos pelos quais o licenciamento da Mina Guaíba está suspenso por tempo indeterminado. GaúchaZH, Porto Alegre, 02 de setembro de 2020. Disponível em:<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/09/os-motivos-pelos-quais-o-licenciamento-da-mina-guaiba-esta-suspenso-por-tempo-indeterminado-ckeltjla80053014ycesc5fjt.html>>. Acesso em maio de 2022.

Gudynas, E. (2015) Extractivismos. Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB, P. 1-30. Disponível em <http://gudynas.com/wp-content/uploads/GudynasExtractivismosEcologiaPoliticaBo15Anuncio.pdf>.

Leff, E. (2015) Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 27, p.11-20.

Leite, M. (2015) Por Que Somos Contra O Empreendimento Minerario Denominado "Projeto Serro"?/Uma Reflexao Critica Sobre Democracia E Desenvolvimento Inclusivo Na Cidade Do Serro/Why Are We Against The Mining Project Called "Projeto Serro"? A Critical Reflection On Democracy And Inclusive Development In The City Of Serro. *Quaestio Iuris*, v. 13(2) p. 1023-1069. 2020

LUZ, P. (2022) Análise de posicionamentos públicos sobre a licença social para operar da mina guaíba. Dissertação (Dissertação em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre p. 112. 2022

- Magno, L.; Siqueira, L.; Delesposte, A. (2017) Mineração? Aqui não!": a construção da resistência à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. *Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, Curitiba-PR.
- Martínez Alier, J. (2018) "Conflictos ecológicos y justicia ambiental", en *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, N° 103,. Disponível em http://istas.net/descargas/Conflictos_ecologicos_J1%20MARTINEZ_ALIER.pdf.
- Misoczky, M.; Böhm, S. (2013) Resisting neocolonial development: Andalgala's people struggle against mega-mining projects. *Cadernos Ebape*. BR, v. 11, p. 311-339.
- Misoczky, M. (2010) Das práticas não gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In M. MISOCZKY, R. K. FLORES & J. MORAES (Eds.), *Organização e práxis libertadora* (pp. 13- 56). Porto Alegre, RS: Dacasa.
- Misoczky, M. Flores, R.; Moraes, (2010) J. Bloch, Gramsci e Paulo Freire: referências fundamentais para os atos da denúncia e do anúncio. In MISOCZKY, M. FLORES, R.; MORAES, J. *Organização e práxis libertadora*. p. 57-76 Porto Alegre: Dacasa Editora
- Misoczky, M.; Camara, G. (2020) Pensar desde a América Latina em diálogo com a organização das lutas sociais descoloniais: Explorando possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 60, 93-103.
- Misoczky, M.; Camara, G., Böhm, S. (2017) Organizational practices of social movements and popular struggles: Understanding the power of organizing from below. *Qualitative Research in Organizations and Management*, 12(4), 250-261. doi:10.1108/QROM-09-2017-1567.

- Misoczky, M.; Flores, R. (2017) Implicações práticas e teóricas da análise de Movimentos Sociais nas perspectivas de redes e articulações. *Redes e intersetorialidade*, 41.
- Misoczky, M.; Flores, R. (2020) From practice to theory: reflections on the organization of social movements and popular struggles. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 26, 18-48
- Misoczky, M.; Flores, R.; Böhm, S. (2008) A práxis da resistência e a hegemonia da organização. *Organizações & Sociedade*, 15, 181-193.
- Misoczky, M.; Flores, R., Silva, S. (2008) “Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? (Organization studies and social movements: what do we know? Where are we going to?)”, *Cadernos EBAPE.BR*, Vol. 6 No. 3, pp. 1-14.
- Misoczky, M.; Moraes, J. (2011) Práticas organizacionais em escolas de movimentos sociais. *Dacasa*, Porto Alegre.
- Moraes, J.; Misoczky, M. (2010) “A organização dialógica do Movimento de Trabalhadores Desocupados de La Matanza (The dialogical organization of unoccupied workers of La Matanza)”, in Misoczky, M.C., Flores, R.K. and Moraes, J. (Eds), *Organização e práxis libertadora*, Dacasa, Porto Alegre, pp. 77-106.
- Moraes, J.; Misoczky, M. (2018) Práticas organizacionais do Movimento de Trabalhadores Desocupados de La Matanza à luz do pensamento de Paulo Freire. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 12(3), 1-15.
- Ramos, M.; Raguse, E. (2020) A experiência de construção do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul, na luta contra o avanço da nova

fronteira mineral. *In: ALVES. Murito et. al. Mineração: Realidade e Resistências*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular.

Sánchez-Vázquez, L.; Leifsen, E. (2019) Resistencia antiminera en espacios formales de gobernanza. *European Review of Latin American and Caribbean Studies/Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 108, p. 65-86,

Wagner, Lucrecia. (2018) Megaminería y conflictos socioambientales en la Argentina: por el agua y más allá. *In: L. BOTTARO, Lorena; ÁLVAREZ, Marian SOLA (org.). Agua y megaproyectos mineros en América Latina*. Ediciones UNGS: Buenos Aires, Argentina, p. 85-111.

Wenzel, Fernanda. (2020) Novo código ambiental do RS é aprovado sem passar pela Comissão de Meio Ambiente. ((o))eco, Rio de Janeiro, 26 de janeiro 2020. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/novo-codigo-ambiental-do-rs-e-aprovado-sem-passar-pela-comissao-de-meio-ambiente/>>. Acesso em: 7 maio 2022.

Wenzel, Fernanda. (2019) Mineradoras se voltam para o Rio Grande do Sul com quatro grandes projetos. ((o))eco, Rio de Janeiro, 17 de abril de 2019. Disponível em:<<https://www.oeco.org.br/reportagens/mineradoras-se-voltam-para-o-rio-grande-do-sul-com-quatro-grandes-projetos/>>. Acesso em: 7 maio 2022.